

ASSENTAMENTOS RURAIS NO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP: UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Eliane de Jesus Teixeira MAZZINI

Encarnita Salas MARTIN

Bernardo Mançano FERNANDES

Resumo: Este artigo apresenta um resumo dos resultados da pesquisa de mestrado intitulada “Assentamentos no Pontal do Paranapanema: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?”. Fizemos um estudo de grande parte das “políticas de desenvolvimento” planejadas e implantadas na região do Pontal do Paranapanema e constatamos que a que mais se aproxima do que podemos chamar de políticas de desenvolvimento socioterritorial é a política de implantação dos assentamentos rurais, uma vez que, contempla outras dimensões que não só a econômica. Partindo deste pressuposto, a partir do estudo de caso de três municípios com assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema, concluímos que a política de implantação de assentamentos rurais não deve ser incluída na mesma categoria das políticas compensatórias, embora tal discurso, fortaleça a não necessidade da Reforma Agrária no país, a partir da tentativa de comprovar o fracasso dos assentamentos rurais. Apresentamos dados que demonstram que os assentamentos rurais constituem inegavelmente uma política de desenvolvimento regional, na medida em que desencadeia um processo de ampliação do bem estar e da satisfação individual e coletiva de milhares de famílias. Promovendo impactos positivos nas dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais, os quais chamamos de impactos socioterritoriais devido à sua multidimensionalidade e interligação.

Palavras chaves: Geografia agrária, Pontal do Paranapanema, Assentamentos Rurais, Impacto socioterritorial e Desenvolvimento regional.

Resumen: En este artículo se presenta un resumen de los resultados de la investigación “Asentamientos en el Pontal do Paranapanema: una política de desarrollo regional ó de compensación social?”. Hemos hecho un estudio de la mayoría de las "políticas de desarrollo" planificadas y ejecutadas en el Pontal do Paranapanema y se observó que la que más se aproxima a lo que podríamos llamar de política de desarrollo socioterritorial es la política de implantación de los asentamientos rurales, ya que, incluye otras dimensiones que no sólo la económica. En este supuesto, desde el estudio de caso de tres municipios donde están localizados asentamientos rurales en el Pontal do Paranapanema, encontramos que la política de implantación de los asentamientos rurales no debe incluirse en la misma categoría de políticas de compensación. Sin embargo este discurso fortalece la no necesidad de la reforma agraria en el país la cual intenta demostrar el fracaso de los asentamientos-rurales. Se presentan datos que demuestran que los asentamientos rurales son innegablemente una política de desarrollo regional, a partir de la cual se dispara un proceso de expansión del bienestar y de la satisfacción de individual y colectiva de miles de familias. La promoción de los efectos positivos en las dimensiones sociales, políticas, económicas y ambientales, es denominada como impacto socio-territorial debido a su carácter multidimensional y de sus interconexiones.

Palabras clave: Geografía agraria, Pontal do Paranapanema, Asentamientos Rurales, Impacto socio-territorial y Desarrollo Regional.

Abstract: This study englobed all “politics of development” implanted in the Pontal de Paranapanema region. It was verified these are known as socioterritorial development politic because are implantating in the rural settlement to benefit many social needs. We do not agree the growth of the workers' contingent and the production of goods and services of a certain area or country are the better maner to mesure the economy development. This presupposition started from the study of case of three rural settlements in municipal districts (Piquerobi, Caiuá and President Epitácio) in the Pontal de Paranapanemas' region. This study shows that politics of rural settlements should not be included in the same category of the compensatory politics. This argument is the basis against Land Reform in Brazil, because that tries to consider like true proves of the rural settlements failure. But its does not proceed, because many rurals settlements have social and economics success. This research demonstrates that the rural settlements constitute a politics of regional development undeniably because promotes a process of enlargement of satisfaction and individual and collective well being of these populations. The positives result of this politica are observe in the social, politics, economical and environmental levels, which we called impacts socioterritoriais due to its multidimensionalities and connections.

Word-key: Geographic Agrarian, Pontal do Paranapanema, Rural settlements, Socioterritorial Impacts and Regional Development.

1. Introdução

O presente estudo tem por objetivo ampliar o discurso acerca da questão agrária, relacionando-a à questão do desenvolvimento regional. Compreendemos desenvolvimento como um processo multidimensional com repercussões nas dimensões social, política, econômica e ambiental, que deve possibilitar entre outras coisas, a ampliação do bem estar e da satisfação individual e coletiva, refletindo na melhoria das condições de reprodução e manutenção da vida com qualidade e possibilidades genuínas de escolhas.

Procuramos resgatar um pouco do histórico de ocupação da região e a forma como têm sido pensadas e implantadas as políticas públicas, ditas de desenvolvimento, no Pontal do Paranapanema. Fizemos um histórico geral dos antecedentes e da ordem cronológica da implantação dos assentamentos rurais na região, demonstrando a importância dos sujeitos coletivos na transformação do espaço e na construção de novos territórios. A partir de então, levantamos os principais impactos socioterritoriais dos assentamentos no contexto local e regional a partir do estudo de caso dos municípios de Presidente Epitácio, Caiuá e Piquerobi.

O conceito de impacto socioterritorial vem sendo construído no âmbito das discussões realizadas pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA/Unesp/ P. Prudente) que parte da compreensão de que as relações sociais produzem espaços e territórios, deste modo, os impactos socioterritoriais são relativos às transformações provocadas no território antes, durante e a partir da implantação dos assentamentos rurais. Antes, devido ao movimento de luta que o precedeu que no caso do Pontal do Paranapanema foi intenso, com várias ocupações de terras em áreas presumivelmente devolutas, envolvendo aproximadamente 80.000 pessoas nestas ações entre 1994 e 2006. Os impactos ocorridos durante a implantação dos assentamentos se dão em face dos novos e velhos atores que fazem parte do processo e toda construção de infra-estrutura e geração de novas demandas no campo e na cidade. E finalmente, após a implantação dos assentamentos os impactos se perpetuam por muitos anos devido às dimensões alteradas por esta ação. Daí afirmarmos que o impacto socioterritorial é multidimensional, pois afeta e altera diferentes dimensões da realidade e é resultado da ação do homem moldando o espaço, transformando-o e sendo transformado por ele.

Esses impactos podem ser analisados a partir de várias transformações e processos: principalmente a partir dos excluídos que foram incluídos, do latifúndio individual improdutivo que foi transformado em assentamento com vários lotes e donos, da “lona preta” às casas que passaram a compor o cenário vazio do campo. Com elas chegaram as estradas, as escolas, as áreas comunitárias, os barracões, os postos de saúde. A agricultura familiar e a pecuária leiteira, ganham espaço junto a pecuária extensiva e a monocultura. Passa-se de fim, do caminhão de bóia-fria para a autonomia do lote. Da sujeição e conformação para luta e resistência a partir de uma nova realidade, cuja posse do instrumento de produção pode fazer toda diferença nas possibilidades presentes e futuras de escolhas e oportunidades socioeconômicas das famílias assentadas.

Os assentamentos possuem relevante papel no campo e na cidade dos municípios nos quais estão implantados, com reflexos diretos na economia regional, que poderiam ser ainda maiores se houvesse em nosso país interesse concreto em investir no desenvolvimento da agricultura familiar, da mesma forma como existe em investir no agronegócio. A construção de um novo modelo de desenvolvimento deve necessariamente considerar o campo como espaço de inclusão social, a partir de uma nova visão territorial sobre os processos de desenvolvimento. Neste sentido, os assentamentos, ainda não são os espaços ideais, mas revelam que esta inclusão dá-se não somente porque devolve ou oferece pela primeira vez, ao sujeito um meio de produção, mas porque com este, vem também a moradia, a alimentação, o trabalho e muitas outras oportunidades de escolha para seu futuro e o de seus filhos.

Com a criação dos assentamentos ampliou-se o número de unidades de produção familiar com o acréscimo de 5.535 novas unidades. Tal ação envolve diretamente mais de 30.000 pessoas

que passam a ter no lote além de uma fonte real de renda para o sustento familiar, emprego, abrigo, autonomia... Um mar de possibilidades a serem exploradas, variando muito de acordo com o empenho pessoal de cada família em criar estratégias de resistência dentro de um sistema econômico perverso e de uma estrutura fundiária extremamente concentrada e concentradora.

Apresentaremos a seguir alguns destes impactos que julgamos relevantes na avaliação do processo de desenvolvimento, considerando sua abrangência multidimensional, são elas: dimensão social, dimensão econômica, dimensão ambiental e a dimensão política. Cabendo ressaltar que apesar de serem descritas separadamente, estas dimensões estão intimamente integradas de modo que uma interfere sob a outra indissociavelmente. Dentro destas quatro dimensões escolhemos vários indicadores os quais, tratam essencialmente dos aspectos que demonstram a evolução na qualidade de vida e na ampliação das possibilidades de escolhas das famílias assentadas, o que somente se fez possível a partir da conquista da terra.

Convém esclarecer que a maior parte da pesquisa se pautou em levantamentos de dados primários com aplicação de questionários com as famílias assentadas, com representantes do poder público local, comerciantes e vereadores. De modo que para cada um destes segmentos foi adotado um tipo de questionário. A sistematização dos dados levantados, principalmente nos assentamentos, só foi possível graças à criação de um banco de dados próprio a partir do qual elaboramos gráficos e tabelas.

2. Impactos socioterritoriais dos assentamentos a partir da dimensão social

Os movimentos sociais de luta pela terra, ganharam importância na região do Pontal do Paranapanema ao denunciarem não só a concentração de terras em áreas devolutas, mas também a forma como elas se mantiveram sem cumprir sua função social. Foi a partir da organização dos trabalhadores rurais sem terra em movimentos sociais que se criaram condições para a formulação de novas políticas para o campo. Embora estas políticas não tenham se configurado como a Reforma Agrária tão almejada e necessária, mas só por este meio foi possível se construir uma política capaz de desconcentrar terra e renda e promover uma série de transformações no campo e na cidade tratadas neste artigo.

Através das pesquisas de campo além de constatar a origem rural da grande maioria dos assentados, também verificamos as condições precárias nas quais viviam antes de ter um lote. Para grande maioria não havia meio de inserção à economia formal e viviam de subempregos: 45% dos entrevistados, quase a metade, sobreviviam da renda de trabalhos ligados a atividades agrícolas (21% bóias-fria, 15% arrendatários, 6% ex-funcionários da fazenda, 2% parceiro e 1% posseiro). Dentre os restantes, 25% dos entrevistados, quando conquistaram o lote estavam acampados, 10% estavam desempregados. Apenas 20% se ocupavam de atividades consideradas urbanas (funcionários públicos, comerciantes, construção civil).

Chayanov (1966 [1974]) afirma que a “família que trabalha sem utilizar trabalho pago tem todos os tipos de motivos para prosseguir em suas atividades econômicas”. (p.139). De fato, o número de filhos que trabalham no lote juntamente com o pai e a mãe proporciona às famílias maior rentabilidade e alternativas de diversificação da produção. Vimos que a grande maioria dos jovens, 65%, apesar das dificuldades, que não são muito diferentes das encontradas na cidade, permanecem no lote pelo menos até os 25 anos. Mesmo quando o jovem deixa o assentamento por qualquer motivo (casamento, estudos, trabalho) o lote dos pais ainda é um lugar certo para retornar, caso alguma coisa dê errado nos planos iniciais destes jovens, o que é muito comum numa sociedade extremamente excludente como a nossa.

Constatamos que as famílias dos assentados entrevistados possuem uma estrutura nuclear (pais e filhos) e em média de 4 a 5 membros morando no lote, em 56% dos casos. 94% das famílias entrevistadas declararam que de 01 a 05 pessoas trabalham no lote, apenas 6% extraem sua renda exclusivamente de outras fontes que não a partir do lote.

A pesquisa revela, ainda, que a alternativa de extrair renda do lote é complementada por outros tipos de trabalhos dos membros da família. Deste modo, verificamos que 26% dos entrevistados possuem pelo menos uma pessoa da família trabalhando na cidade e recebendo um salário fixo. No entanto, a grande maioria, 74% dos entrevistados, revelou que nenhum membro da família trabalha na cidade. Embora, esporadicamente de acordo com o período de safra, 23% dos entrevistados revelaram que prestam serviços em fazendas, lotes e sítios vizinhos. Acreditamos que com o aumento de áreas de canavial no entorno dos assentamentos esta porcentagem deverá aumentar substancialmente.

Para quem antes vivia nas periferias das cidades em casas alugadas ou cedidas por parentes e amigos, observa-se que após um longo período de dificuldades no início dos assentamentos, atualmente, 50% das famílias já estão morando em casas de alvenaria ainda sem acabamento. 21% já concluíram a construção de suas casas, 9% das casas são de madeira, 6% mantêm uma casa mista de madeira e alvenaria e apenas 2% ainda permanece em barracos, o que demonstra uma evolução inatingível no meio urbano, a partir das fontes de renda às que tinham acesso.

Observamos que 25% dos entrevistados foram contemplados com alguma linha de crédito para habitação. E o impacto socioterritorial dos assentamentos também se revela nestes números, não somente pelo número de casas a serem construídas ou ampliadas, mas pelos desdobramentos desencadeados a partir destas ações. A compra de material mais a contratação de mão de obra promovem a: geração de emprego na construção civil e dinamização no comércio local e regional.

Observar as condições em que as famílias chegaram ao assentamento e comparar com a situação atual é o principal fator que determina o impacto socioterritorial a partir da dimensão social. Confirmando mais uma vez que as políticas de implantação de assentamentos rurais, jamais devem ser tomadas como sendo apenas políticas compensatórias, mas políticas de desenvolvimento. A diferença está na conquista de novos direitos, historicamente negados, pela constituição de uma nova história de vida com repercussões diretas sobre a vida destes e de outras pessoas. Negar esta nova realidade só é possível pelo desconhecimento da origem e da história de vida de cada uma das famílias. Claro que existem exceções como em todas as situações reais, mas na grande maioria as pessoas que tiveram acesso a estas políticas não teriam outras chances reais de desenvolvimento.

Tal afirmação é reforçada pelo índice de desistência dos lotes, que concluímos ser relativamente baixo. A partir do levantamento de dados em assentamentos que possuem em média de 3 a 10 anos de existência, concluímos que neste intervalo de tempo, de cada 100 famílias assentadas, apenas 12 deixaram seus lotes. A permanência nos lotes indica antes de tudo a persistência da luta, num país em que não existem políticas agrárias e agrícolas para os pequenos e que somente a partir da criação de estratégias de resistência é possível permanecer no lote.

Os dados por ora apresentados demonstram que o assentado tem encontrado, criado e recriado estas estratégias. Quando diversificam sua produção para fugir das artimanhas do mercado e quando compreendem a importância da produção para autoconsumo, os mesmos conseguem superar as adversidades do meio que já o expropriou uma vez e tende a expropriá-lo novamente.

Nas histórias dos assentados podemos encontrar tudo que encontramos na sociedade comum, mas que pelas particularidades existentes não chamamos nem de sucessos, nem de fracassos e sim de luta e resistência. Para 96% dos assentados ter um pedaço de terra é um sonho realizado, dentre todos os entrevistados apenas 4% se mostraram frustrados e pessimistas com relação ao futuro e a permanência no lote.

É importante considerar ainda que para 67% dos entrevistados, a vida melhorou e melhorou muito em relação a sua trajetória anterior e 31% acham que a vida poderia ter melhorado ainda mais se houvesse maior incentivo público. Apenas 1% respondeu que a vida não melhorou nada e a mesma quantidade, que a vida piorou.

3. Impactos socioterritoriais dos assentamentos a partir da dimensão econômica

Ao verificarmos dados da dimensão econômica, essencialmente a produção e renda, levamos em consideração indicadores importantes que, muitas vezes, são deixados de lado quando o assunto é mostrar os *fracassos e sucessos da reforma agrária* pelo viés apenas econômico. Consideramos além da renda mensal aproximada das famílias, sua origem, a produção para venda e também a produção para autoconsumo, a geração direta e indireta de postos de trabalho no campo e na cidade e a ampliação das possibilidades de escolhas destas famílias.

Comparamos o perfil da produção nos assentamentos com a produção da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, na qual está inserida a região do Pontal do Paranapanema; o impacto na produção leiteira, o tamanho do rebanho e os principais produtos agrícolas gerados dentro dos assentamentos. Pesquisamos ainda, os impactos no comércio local e regional, quando apontamos os principais estabelecimentos de compra e da venda, indústrias e fábricas relacionadas à produção dos assentamentos, bem como as transformações na economia do município e nas relações com o poder municipal.

Nas atuais circunstâncias e analisando o contexto em que os assentamentos foram criados, concordamos com Leite (2004) quando afirma que o êxito de tais políticas “estará intrinsecamente ligado às possibilidades abertas através das capacidades inovativas desencadeadas pelos assentamentos, cujos efeitos não são necessariamente mensuráveis a priori (...)”, podendo variar muito de uma região para outra, bem como de assentamento para assentamento a partir de uma série de fatores condicionantes.

Concluimos que é bastante representativo o fato de 60% das famílias sobrevivem majoritariamente da produção no lote, complementando esta produção com aposentadorias e pensões em 26% dos casos e/ou com trabalho externo de membros da família em 7% dos casos e 7% a partir de outras fontes como doações, pontos comerciais, arrendamentos, etc.

A atividade econômica predominante nos assentamentos do Pontal do Paranapanema e nas demais unidades de economia familiar da região é a pecuária leiteira. Se inicialmente o assentado descapitalizado necessitou de linhas de crédito especiais, o retorno deste investimento também é visível. Verificamos que a partir do investimento inicial para compra de gado, a maioria dos assentados dobrou o seu rebanho.

Dentre os municípios estudados confirmamos que todos possuem uma média de produção bem acima de 500 litros/mês. A partir de consulta aos levantamentos feitos pelos técnicos da Fundação ITESP (2005/2006) foi possível diagnosticar que no município de Caiuá a média mensal é de 746 litros por assentado, em Presidente Epitácio e Piquerobi a produção passa de 1.000 litros. No município de Piquerobi verificamos que a média mensal por assentado é de 1.010 litros por mês. Em Presidente Epitácio está o melhor desempenho do período avaliado com uma produção média mensal de 1.091 litros mês.

Com relação à renda observamos que 61% recebem de R\$ 350,00 a R\$ 700,00 (1 a 2 salários mínimos). Observamos também um número relevante de famílias assentadas (19%) que recebem menos de um salário mínimo, resultado direto da não diversificação da produção. Por outro lado, observamos que 11% das famílias entrevistadas recebem de R\$ 700,00 a R\$ 1.400,00 (2 a 4 salários mínimos) por mês, um outro grupo menor de 5% recebe de R\$ 1.400,00 a R\$ 1.750,00 e por último, apenas 3 famílias declararam receber uma renda superior a 5 salários mínimos.

Além da renda não ser tão baixa e permanecer um pouco acima da média das ocupações em agropecuária dos municípios estudados, o fato das famílias poderem produzir parte dos alimentos que consomem melhora em muito a qualidade de sua alimentação, criando condições de fartura alimentar nem sempre possível no meio urbano. Há que se valorizar a diversificação produtiva que cria várias possibilidades de geração de renda dentro do lote, fugir das amarras do mercado formal, produzindo os principais alimentos para autoconsumo e favorecer as trocas comunitárias.

Observamos que 80% das famílias entrevistadas criam galinha, 44% criam suínos e em menor escala desenvolvem algum tipo de atividade agrícola para consumo dentro do lote, principalmente o plantio da mandioca, do milho, do feijão, de frutas, verduras e legumes. No entanto, 56% das famílias afirmaram que produzem menos da metade dos alimentos consumidos

diariamente, 26% que produz metade, 15% declarou que produz mais da metade e somente 3% assumiu que não produz nada e compra ou recebe de doações quase tudo que é consumido.

Neste caso, os impactos socioterritoriais dos assentamentos são fortemente absorvidos no comércio local e regional, nos quais os assentados realizam as compras de mês. Embora, grande parte da população não tenha uma percepção mais precisa disto, as políticas de implantação de assentamentos rurais promovem o desenvolvimento regional à medida que proporcionam o crescimento de outros setores da economia. Observamos que é muito complexo dimensionar o tamanho do impacto dos assentamentos no comércio local e regional. Vários devem ser os elementos analisados: distância, acesso, tipo de produto buscado, presença de trabalhos diferenciados como bancos, escolas, comércio dinâmico, costume ou hábito de compra, etc. Em Caiuá, por exemplo, os impactos da dimensão econômica não atingem diretamente a sede do município, no entanto é neste município que estão localizadas mais de 334 famílias assentadas que irradiam os ganhos de seu trabalho para vários municípios, principalmente os que estão em seu entorno que é o caso de Presidente Venceslau e Presidente Epitácio. Concluimos através desta pesquisa que quanto menor o município onde os assentamentos estão localizados e quanto maior a falta de acessibilidade a sua sede administrativa, maior a irradiação do impacto, como pudemos comprovar no caso do município de Caiuá.

No Município de Piquerobi também existem particularidades que devem ser consideradas, os assentados deste município impactam o comércio de Santo Anastácio, sendo este um município vizinho que não possui nenhum assentamento rural e sobre o qual poder-se-ia pensar que os assentamentos em nada poderiam interferir na dinâmica do comércio local. Através desta pesquisa comprovamos que o comércio de Santo Anastácio recebe diariamente assentados dos municípios que lhe são circunscritos: Piquerobi, Ribeirão dos Índios e Mirante do Paranapanema.

Durante as entrevistas realizadas no comércio de Santo Anastácio constatamos que, diferentemente do que havíamos pensado, alguns comerciantes, principalmente os que lidam com supermercados e produtos agropecuários têm bem clara a importância do cliente assentado, oferecendo inclusive serviços especiais, como transporte nos dias destinados às compras e entrega de mercadorias nos assentamentos semanalmente.

Os assentados do município de Presidente Epitácio, não sentem a necessidade de deixarem a sede do município para fazerem compras em outras cidades da região. Observa-se que, embora os assentados do Município de Presidente Epitácio, tenham citado um número menor de estabelecimentos onde fazem suas compras, não o fazem em outras localidades.

Não são apenas as compras que interferem no comércio local e regional, os produtos oriundos dos assentamentos, como vimos nesta pesquisa, também são disputados por comerciantes de vários municípios, principalmente o de derivados do leite.

Mesmo reconhecendo que no contexto da economia atual, existe um grande número de pessoas desempregadas, 45% dos entrevistados acreditam que com a implantação dos assentamentos aumentaram os postos de trabalho no campo. Quando questionamos se a presença dos assentamentos no município e na região contribuiu para o aumento de estabelecimentos comerciais, 55% das pessoas acham que não, no entanto, 31% acham que sim justificando que existe o aumento dos clientes e a procura por novos tipos de serviços. Para 45% das pessoas está claro que em alguns municípios aumenta muito o movimento de pessoas no comércio, 28% acha que não e 27% não sabe ou nunca havia pensado nisto.

4. Impactos socioterritoriais dos assentamentos a partir da dimensão ambiental

No aspecto ambiental apresentamos algumas das transformações na paisagem local e regional, a partir da implantação dos assentamentos, as principais medidas de preservação ambiental praticadas pelos assentados e a criação e preservação de áreas de reserva dentro destes espaços.

Na dimensão ambiental ganha-se com a implantação do assentamento pela própria dinâmica associada à produção familiar que é menos intensiva que a patronal. O fato de terem sido averbadas

áreas de reservas, criando-as e protegendo-as do avanço da degradação também é um fator muito positivo. Constatamos ainda que 86% dos assentados entrevistados já realizaram, ou realizam práticas de conservação ambiental em seus lotes. Dentre as principais práticas estão; a calagem (aplicação de calcário para diminuição da acidez do solo) com 36%; o plantio de árvores frutíferas e arbóreas com 29%; implantação de curvas de nível com 25%; o reflorestamento com 7% entre outras práticas como as de terraceamento, adubação, irrigação, etc., com 2%.

Ao analisarmos o histórico de ocupação da região e o elevado índice de degradação ambiental pelas práticas desordenadas de uso e manejo do solo decorrentes dos desmatamentos, da utilização em certos pontos de agente químico para extinção da floresta na época da primeira colonização. Desrespeito com áreas de proteção permanentes de nascentes e das matas ciliares, queimadas e monocultura predatória. Enfim, fica claro que as limitações dos recursos naturais presentes nos assentamentos são devidas principalmente ao fato dos mesmos serem implantados em áreas já degradadas ambientalmente, pela forma predatória como se deram a ocupação e a exploração. Com os assentamentos rurais, ainda que ampliada a presença humana sobre o meio natural, observa-se a diferença no uso e manejo destes recursos, que pouco a pouco tem proporcionado a regeneração das pastagens, a recuperação de reservas florestais e, em muitos casos, ações de recomposição de mata.

No entanto, observa-se também que muito ainda tem que se avançar neste aspecto com ações permanentes de educação ambiental e apoio logístico das entidades competentes.

5. Impactos socioterritoriais dos assentamentos a partir da dimensão política

Com relação aos impactos socioterritoriais a partir da dimensão política, levantamos o nível de organização e participação dos assentados em associações, cooperativas e grupos organizados. Levantamos alguns dados que revelam alterações nas relações de poder local, a influência na política, a participação de assentados na câmara dos vereadores dos municípios com assentamentos, dentre outras questões.

Distribuídos em 15 municípios da região, os assentamentos ocupam uma área de aproximadamente 134.000,00 hectares, para se ter uma idéia da dimensão, esta área é quase equivalente ao tamanho do município de Presidente Epitácio com aproximadamente 114.000,00 hectares. O que não se pode ignorar é o peso destrutivo da concentração de terra que ainda é muito grande na região. A não resolução dos problemas resultantes desta concentração traz conseqüências negativas para o conjunto da sociedade. A partir da implantação de assentamentos rurais, ainda que baixa, é perceptível a desconcentração fundiária nos municípios nos quais foram implantados, principalmente porque o que é acrescentado às áreas dos pequenos imóveis rurais é subtraído de grandes imóveis rurais com áreas entre (1.000 e 7.000 ha). O SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural) realizado em 1998, não contabilizou em seu cadastro os lotes de assentamentos rurais. Deste modo, retiram-se instrumentos de mensuração importantes para compreender a importância dos assentamentos na redução da concentração fundiária.

Com base neste cadastro e nas informações que levantamos sobre os assentamentos rurais, observamos as seguintes alterações na estrutura fundiária dos municípios estudados: em Piquerobi aumentou em 30% o número total de pequenos imóveis rurais (com áreas entre 14 a 56 ha) no município. Se antes esta categoria detinha apenas 7% da área total do município após a implantação dos assentamentos passou a deter 13%; Em Caiuá aumentou em 118% o número total de pequenos imóveis rurais. Antes esta categoria detinha apenas 6% da área total do município, após a implantação dos assentamentos, somando as áreas dos lotes passam a deter 21%. Em Presidente Epitácio aumentou em 66% o número total de pequenos imóveis rurais, antes estes detinham apenas 5% da área total do município com as áreas dos lotes dos assentamentos implantados passam a deter 12% da área do município.

Deste modo reforçamos o argumento de que a política de implantação de assentamentos rurais é uma política de desenvolvimento regional, na medida em que proporciona o acesso a terra

e possibilidades reais de desenvolvimento às famílias que são assentadas, tirando da situação de ociosidade parcelas consideráveis de terra e o que é mais importante: é a partir desta política que se subtrai, pela primeira vez, parcelas do latifúndio. Incondicionalmente, se não fosse por esta situação de luta e resistência, ele será sempre ampliado.

Vimos que através da luta pela terra, são constituídos espaços políticos de inclusão social. Os impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais são muitos, interferindo em dimensões da realidade que, embora tenham sido estudadas separadamente são indissociáveis. Cada dimensão deste impacto influenciará as demais dimensões e vice-versa.

Na dimensão política, concluímos que dos 15 municípios com assentamentos rurais, 09 possuem vereadores que são assentados. Dos 135 vereadores empossados nestes municípios, 19 são assentados, ou seja, 14% do total. Nos municípios de Mirante do Paranapanema e Euclides da Cunha, 44% dos vereadores são assentados. Em Caiuá além do prefeito atual, existem mais 3 vereadores que representam a população assentada. E nos municípios de Sandovalina e Marabá Paulista a representatividade é de 22%. No município de Rosana, mesmo havendo apenas um representante na câmara dos vereadores, o candidato do assentamento foi eleito com a maioria dos votos, o que o torna Presidente da Câmara.

Criam-se deste modo no interior dos assentamentos uma série de representações e de representantes, seja pela eleição de vereadores, seja pela formação de associações, cooperativas, grupos de produção, grupos religiosos, nas escolas, nos centros comunitários, nas festas, nas reuniões com técnicos do governo, etc. Verificamos que 76% dos entrevistados participam de algum tipo de organização social. Consideramos todas estas ações mecanismos que passam a ter um peso significativo na organização dos assentamentos e na interação do próprio grupo social interna e externamente. Fato a ser destacado é que quando desejam reivindicar algo às organizações públicas, geralmente o fazem coletivamente. Assim, a força política dos assentados enquanto sujeitos coletivos os colocam em posição de vantagem em relação a outros segmentos marginalizados da sociedade que não utilizam as mesmas práticas.

6. Considerações finais

Deste modo, apesar das condições adversas, provenientes das discontinuidades políticas voltadas para o meio rural por parte dos governos federal, estaduais e municipal, os dados apresentados em nossa pesquisa revelam que as políticas de assentamentos rurais promovem o desenvolvimento. Principalmente quando contrastamos o "custo de oportunidades" (LEITE, 2004) geradas com outras iniciativas governamentais.

Concordamos com Fernandes (2005) quando afirma que:

Os resultados, os consensos e os enfrentamentos são utilizados por oportunistas para negar as condições de desenvolvimento da agricultura camponesa, procurando desqualificar as experiências em andamento, ocultando a complexidade desse processo por meio de uma literatura banal. (p.118)

Comprovar o fracasso da Reforma Agrária a partir da desqualificação dos assentamentos criados é a nova estratégia capitalista dos defensores do agronegócio, desconsiderando todo o histórico destes 500 anos de luta por terra no país; fechando os olhos para a desarticulação das demais políticas públicas (saúde, educação, assistência técnica, crédito, etc.) que deveriam funcionar conjuntamente dentro dos assentamentos e também nas pequenas propriedades de economia familiar e que são emperradas pela burocracia estatal; retirando as falhas do sistema e revertendo a "culpa dos fracassos" para o sujeito. Fala-se de assentamentos rurais, ignorando todos os demais produtores familiares que são expulsos diariamente do campo, engrossando os índices de desempregados nas periferias das cidades, sem que nada seja feito para reverter tal quadro. Faltam investimentos e planejamento governamental na área agrícola, o que se reflete não apenas nas áreas de assentamentos, mas também em todos imóveis rurais da região.

Como vimos trata-se de uma disputa entre territórios: o do agronegócio e o da agricultura com base na economia familiar. Existe uma pressão muito forte por parte da bancada ruralista e de grupos ligados ao grande capital de inviabilizar economicamente estes projetos a fim de convencer a opinião pública de que a Reforma Agrária é inviável e ultrapassada e que estas pessoas que “ganharam” a terra não têm condições de fazê-la produzir. Não podemos esquecer que a população que teve acesso a esta política está vindo dos setores mais pauperizados da sociedade. A maioria não possuía nada, apenas a lona para construir o primeiro barraco, um fogão e alguns colchões e hoje a grande maioria vive uma situação completamente diferente, como podemos constatar através dos dados apresentados nesta pesquisa.

Questiona-se então: a quem interessa afirmar que a política de assentamento não passa de uma política de compensação social? A quem interessa o avanço do plantio de cana-de-açúcar para dentro dos assentamentos para favorecer usineiros? A quem interessa divulgar aos quatro cantos a venda e a desistência de lotes?

Enquanto refletimos é importante lembrar que a Reforma Agrária, segundo José Gomes da Silva (1971),

É um processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo Governo, com a ativa participação dos próprios camponeses e objetivando sua promoção humana, social, econômica e política. (GOMES DA SILVA, 1971, p. 37-38).

O autor acrescenta que deve ser um processo de transformação amplo que englobe todos aqueles que desejam produzir na terra. Deve ser rápida para atender aqueles que estão lutando por ela. A partir desta reforma espera-se que o latifúndio improdutivo seja distribuído e transformado, que se mude o regime de posse e a forma como se produz.

Ao oferecer tal definição, o autor questiona: se a dúvida sobre o real sentido da Reforma Agrária ocorre nos meios científicos, “o que dizer da confusão que prevalece na arena política e nos círculos leigos, em que o interesse dos participantes quase sempre se sobrepõe à verdade dos fatos?” (p. 37).

Partindo destas afirmações e questionamentos, concluímos que muitos dos equívocos a respeito dos assentamentos rurais devem-se ao fato deles não constituírem a essência da Reforma Agrária tal como descrita por José Gomes da Silva. Distribuiu-se, a altos custos, terra e com ela (como vimos) possibilidades reais de desenvolvimento, mas por não ser massiva e abrangente, coloca o camponês de volta num sistema que já o expropriou e o expulsou da terra, daí a atualidade/necessidade da reforma agrária e da transformação do atual modelo de produção.

Chamar as políticas atuais de implantação de assentamentos rurais de compensação social, talvez faça sentido se vier acompanhada da justificativa de que ainda não assistimos à implantação de uma verdadeira Reforma Agrária em nosso país, devido à incompetência dos homens em promover formas mais equitativas de produção e distribuição de renda. A aposta pelo fim do campesinato não se realiza como se tem esperado, porque existe a resistência. Resistência que permite transformar situações de conformação em situação de enfrentamento e reprodução como é o caso dos assentamentos rurais que, além dos dados já apresentados, tem promovido a recriação do campesinato ou mesmo tem impedido a sua destruição. Pensar um novo modelo de desenvolvimento passa necessariamente pelo discurso da sustentabilidade e da forma de produção adotada. Já existem evidências indiscutíveis sobre o futuro do planeta a partir do modelo de desenvolvimento adotado, que vem se dando com uma crescente e intensa degradação dos recursos naturais. Mesmo assim, somos atropelados e engolidos pelo discurso do desenvolvimento capitalista que mexe nas estruturas com o propósito de mantê-las. Gómez (2006).

Já existe a consciência da necessidade urgente da transformação do modelo de produção, mas não se encontram saídas porque exigem uma nova mentalidade sobre o que é fundamental para o homem: a felicidade, a liberdade, o direito de ser, de *ser mais* e não apenas *ter mais*. Entre o *ser mais* e o *ter mais*, os tomadores de decisões já fizeram a opção pela segunda alternativa.

Assim caminharão lado a lado, disputando espaço e territórios, numa luta desigual e talvez inglória, os territórios dos projetos de políticas compensatórias que não vêem a reforma agrária como uma política importante para o desenvolvimento da agricultura, por considerar a agricultura capitalista como predominante e essencial. E os projetos dos territórios que vêem na reforma agrária uma política de desenvolvimento, a partir da perspectiva de mudanças criadas pela realização das lutas pela terra, pela dignidade, pela vida, pela Reforma Agrária e por um novo sistema de produção.

Superar o discurso que tenta justificar a não necessidade de Reforma Agrária a partir do fracasso dos assentamentos é um desafio passível de compreensão somente quando analisamos o embate entre as classes sociais e compreendemos que a Reforma Agrária traz em seu bojo, mais que a luta pela terra. Traz o questionamento do modelo de produção que tem se mantido soberano apesar de todas as mazelas que ele tem imputado à sociedade e aos recursos naturais.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Horácio Martins de. *Política Compensatória de Assentamentos rurais como negação da Reforma Agrária*. Revista NERA, Ano 07, n.5. Presidente Prudente, 2004, p. 113-122

CHAYANOV, Alexander Von. *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*. Traduzido por José Bonifácio de S. Amaral, a partir da edição em inglês *On the theory of Peasant Economy: 1966*. p. 133-146.

BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA (DATALUTA). *Relatório Preliminar de 2004*. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente. 2005.

FERRARI LEITE, José. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. Hucitec: Fundação Unesp. São Paulo, 1998 [1981]. 202 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Impactos socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: Uma contribuição crítica à publicação A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira*. in FRANÇA, Caio Galvão de. e SPAROVEK, Gerd (coord.). *Assentamentos em Debate*. NEAD Debate; 08 – Brasília: NEAD, 2005. p. 113 – 132

GOMES DA SILVA, José. *A Reforma Agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?* Rio de Janeiro; Zahar Editores, 1971.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. *Desenvolvimento em (dês) construção. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural*. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, Presidente Prudente, 2006.

LEITE, Sérgio Pereira *et al.* *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Ed. Unesp (co-editora e distribuidora), 2004. 391 p. (Estudos NEAD, 6)

José Gomes da Silva (1971),

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. *Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP : uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?* 312 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, Presidente Prudente, 2007.

MEDEIROS, Leonilde et al. *Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. CPDA-UFRRJ/CNPq/FINEP/MCT, 1997. (cópia do relatório de pesquisa)

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.